



ARTIGOS/ARTICLES

O conservadorismo no Brasil pós-2016 e o exílio enquanto um mecanismo de exclusão política-moral: reflexões a partir da história de vida de Jean Wyllys

The conservatism in Brazil post-2016 and exile as a mechanism of political-moral exclusion: reflections from the life story of Jean Wyllys

El conservadorismo en Brasil post-2016 y el exilio como mecanismo de exclusión político-moral: reflexiones a partir de la historia de vida de Jean Wyllys

Fernanda Tarabal

Lopes¹

orcid.org/0000-0003-2920-1255

fernanda.tarabal@ufrgs.br

Teresa Cristina

Schneider Marques²

orcid.org/0000-0002-6038-2704

teresa.marques@puccrs.br

Bruna Dalmaso-

Junqueira³

orcid.org/0000-0002-5742-5857

dalmaso.junqueira@gmail.com

Recebido em: 21 mar. 2024.

Aprovado em: 8 set. 2024.

Publicado em: 28 jan 2025.

Resumo: O presente texto reflete sobre o recente exílio enquanto fenômeno político no Brasil pós-2019, data de início do governo presidencial de Jair Bolsonaro. Buscamos apresentar as configurações que relacionam esse mecanismo de exclusão política à ascensão de um conservadorismo no país, sobretudo após o início da última onda conservadora brasileira, mais visível após 2016. Em nosso artigo, avaliamos o uso recorrente do exílio na América Latina e destacamos o uso desse mecanismo também como forma de eliminação de sujeitos que não se encaixam em uma determinada moralidade por meio da análise da trajetória de Jean Wyllys. Para tanto, mobilizamos a história de vida enquanto método. A pesquisa verificou as complexidades do exílio e suas configurações não apenas como uma ferramenta de exclusão política, mas também como um mecanismo de expulsão relacionado à moralidade.

Palavras-chave: Exílio. Conservadorismo. História de vida. Jean Wyllys.

Abstract: This text reflects on the recent exile as a political phenomenon in Brazil after 2019, the start of Bolsonaro's presidential government. We seek to present the configurations that relate this mechanism of political exclusion to the rise of conservatism in the country, especially after the beginning of the last Brazilian conservative wave, more visible after 2016. In our article, we evaluate the recurrent use of exile in America Latina and we highlight the use of this mechanism also as a way of eliminating persons who do not fit into a certain morality through the analysis of Jean Wyllys's trajectory. To this end, we mobilize life history as a method. The research verified the complexities of exile and its configurations not only as a tool of political exclusion but also as a mechanism of expulsion related to morality.

Keywords: Exile. Conservatism. Life history. Jean Wyllys.

Resumen: Este texto reflexiona sobre el exilio reciente como fenómeno político en Brasil después de 2019, inicio del gobierno presidencial de Bolsonaro. Buscamos presentar las configuraciones que relacionan este mecanismo de exclusión política con el ascenso del conservadurismo en el país, especialmente después del inicio de la última ola conservadora brasileña, más visible después de 2016. En nuestro artículo, evaluamos las recurrentes uso del exilio en América Latina y destacamos el uso de este mecanismo también como una forma de eliminar sujetos que no encajan en una determinada moral a través del análisis de la trayectoria de Jean Wyllys. Para ello movilizamos la historia de vida como método. La investigación constató las complejidades del exilio y sus configuraciones



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs, Porto Alegre, RS, Brasil.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Porto Alegre, RS, Brasil.

³ Universidade Federal de Minas Gerais (Ufmg), Belo Horizonte, MG, Brasil.

no sólo como herramienta de exclusión política, sino también como mecanismo de expulsión relacionado con la moralidad.

Palabras clave: Exilio. Conservadorismo. Historia de vida. Jean Wyllys.

Introdução

Diferente do *status* de refugiado, assegurado segundo os critérios estabelecidos pela convenção de 1951 (Jubilut 2007), o exílio é uma categoria social. Trata-se de um fenômeno complexo que pode ser conectado a diferentes espectros políticos, formas de regimes ou mesmo períodos históricos. Embora o exílio receba diferentes definições, todas se encontram em um ponto comum: a saída do país forçada ou motivada por fatores múltiplos vinculados à sua atuação na esfera pública. Entende-se aqui como exílio toda forma de migração internacional impulsionada pela limitação das possibilidades de atuação pública em virtude de ameaças à própria vida, à integridade pessoal ou à integração social. Para Sznajder e Roniger (2009), essa saída forçada é resultado da incapacidade das instituições de manter uma esfera pública plural.

Para contribuir com esse debate, visamos compreender a relação entre a saída de personalidades políticas e intelectuais e o avanço do conservadorismo no Brasil após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, em 2019. Destacamos a saída do ex-deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Jean Wyllys, cuja atuação no congresso ficou marcada pela defesa de pautas progressistas, tais como as defendidas pela comunidade LGBTQIA+. Para tanto, o artigo mobiliza a história de vida como método e está organizado em três partes. Na primeira, avaliamos o uso recorrente do exílio como mecanismo de exclusão política e moral na América Latina. Adiante, investigamos a onda conservadora no Brasil. Por fim, analisamos a trajetória de Jean Wyllys nesse contexto através da história de vida como metodologia.

As transformações do exílio na América Latina

O uso recorrente do exílio enquanto forma de exclusão política é resultado do caráter instável das instituições políticas dos países latino-americanos. As constantes crises geram custos à manutenção de governos que podem ser ampliados com a imposição da prisão ou do assassinato dos oponentes, uma vez que tais eventos podem incentivar revoltas. O exílio aparece, assim, enquanto uma pena alternativa, menos custosa ao estado e com capacidade de promover o isolamento da esfera pública, sobretudo em períodos anteriores à globalização, quando os meios de comunicação e transporte ainda eram limitados. Segundo Roniger (2010, 93), ainda durante o período colonial, a potencialidade punitiva do exílio foi verificada "como solução intermediária e respeitava a condição de classe dos afetados, deslocando-os meramente do solo da pátria para outros territórios".

Assim, institucionalizou-se o exílio na região enquanto mecanismo de exclusão (Roniger 2010), algo perceptível nos debates legais precoces a respeito de uma legislação sobre asilo político. Ainda em 1889, o Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideo o abordou (Franco 2003). Além de ser um mecanismo de exclusão política, ele também exclui o(a) exilado(a) da vida social, visto que também priva a pessoa de todas as suas redes de convivência social. Portanto, durante séculos, ele exerceu uma função de exclusão sociopolítica.

A dimensão social desse mecanismo de exclusão nos permite refletir sobre o papel do contexto sociocultural para a compreensão do fenômeno. Elementos culturais e socioeconômicos também importam, segundo Sznajder e Roniger (2009, 25), embora possa ser "difícil distinguir entre os elementos contextuais políticos, culturais e socioeconômicos que sustentam e motivam o exílio".

Logo, é possível refletir sobre os mais diferentes perfis entre os alvos do exílio enquanto política de exclusão. Governantes, políticos, ativistas e militantes de diferentes espectros políticos podem ser citados como exilados. Diversos

ditadores podem ser incluídos nessa categoria, como Napoleão Bonaparte e Alfred Strossner. Entre conservadores no Brasil, podemos destacar o integralista Plínio Salgado (Gonçalves 2017). Todavia, militantes e intelectuais perseguidos por regimes autoritários e presidentes democraticamente eleitos também constam como exilados históricos. Do campo da esquerda, podemos citar Karl Marx e León Trotsky. Além deles, artistas e intelectuais também viveram o exílio político, evidenciando a dificuldade em separar a dimensão política de qualquer forma de atuação na esfera pública.

No caso da América Latina, verifica-se que durante séculos o exílio representou uma forma de exclusão seletiva, uma punição destinada aos membros da elite econômica e política, lideranças cuja prisão ou morte poderiam ameaçar as forças políticas que os expulsaram dos seus países de origem (Roniger 2010). Durante os regimes militares, seu uso mudou, uma vez que essa forma de punição também passou a ser destinada aos setores menos privilegiados economicamente e aos militantes de base (Bringel e Marques 2021). Assim, ocorreu a chamada "diáspora latino-americana" na década de 1970. Diante do expressivo número de exilados latino-americanos no período em questão, Roniger (2010) considera que o exílio foi transformado pelos governos civis-militares latino-americanos em um mecanismo de exclusão política massiva.

No caso brasileiro, o uso do exílio é marcado por particularidades. Durante o período colonial, o país foi considerado um local de exílio – inclusive para a própria família real portuguesa. Com a independência, o papel do Brasil como gerador de exilados ficou mais evidente, especialmente entre membros da elite política, fenômeno intensificado após a Proclamação da República. Foi apenas após 1968 que o Brasil passou a expulsar um perfil mais popular de exilados. Segundo Rollemberg (1999), são claras duas gerações distintas de exilados: as gerações de 1964 e 1968. A primeira seria composta pelos políticos e militantes vinculados ao governo (Kreuz 2023), e a segunda, pelos militantes originários do movimento estudantil e

da oposição clandestina. Muito embora o exílio brasileiro não possa ser considerado massivo numericamente, é evidente que após 1968 ele também se voltou às classes populares (Bringel e Marques 2021).

O fim do exílio brasileiro provocado pelo regime militar se dá a partir de 1979, com a promulgação da lei da anistia. No período marcado pela transição e instalação do novo regime democrático, não há novos registros de fluxos de exilados forçados por motivos políticos oriundos do Brasil. É digno de nota, entretanto, que após 1990 houve solicitações de refúgio de brasileiros que alegaram sofrer perseguição motivada por sua orientação sexual. Algumas solicitações foram enquadradas, em países como os Estados Unidos, nos padrões internacionais estabelecidos pelo Estatuto dos Refugiados de 1951 (Gorish e Mendes 2016). Embora o número de refugiados brasileiros durante as décadas de 1990 e 2000 seja pequeno, já indicava que a politização do debate sobre gênero e sexualidade não apenas ganhava dimensões transnacionais, como também se tornava alvo de perseguições sociais na esfera doméstica.

Esse fato nos impele a refletir sobre os elementos culturais e sociais relacionados ao exílio, tal como proposto por Sznajder e Roniger (2009) e como eles afetam mesmo o entendimento sobre o caráter forçado das migrações. A título de exemplo, é válido destacar que o papel da coerção estatal que impulsionou o exílio foi colocado em xeque pelos próprios militantes de esquerda no período. De acordo com o ex-exilado Alfredo Sirkis (1981, 39), ser exilado "era sinônimo de *desbundado*, naquele significado que a esquerda dava ao termo nos anos 60". Não raro, o descrédito quanto ao caráter forçado da migração era atribuído àqueles cujas saídas não tinham sido determinadas pela lei do banimento. Há estudos que refletem sobre o caráter "relativamente voluntário" do chamado *autoexílio*, isto é, aquela saída que parte da decisão de uma pessoa que se sente constrangida pelo contexto político do seu país de residência. Tal reflexão não pode estar desassociada de "fatores objetivos e

'externos' vinculados ao conflito político, como também aqueles elementos de caráter subjetivo. As fronteiras são sempre tênues" (Bringel e Marques 2021, 157)

Percebe-se, assim, que o entendimento social sobre o exílio enquanto punição é objeto de disputa política que, para ser compreendida, deve ser contextualizada. A controvérsia não é exclusiva da esquerda da década de 1960, como colocado por Syrkis (1981). Em realidade, ela é constituinte do próprio exílio: ela é reflexo da visão da política limitada ao estado-nação e à esfera institucional, segundo a qual toda autorização ou impulsão para mobilidade deve partir do estado, tal como colocado por Torpey (2018). As transformações na natureza do exílio bem como nas suas definições estão conectadas com as transformações societárias.

Após 2016, e sobretudo após a eleição de Bolsonaro em 2018, a atualização de tal debate se torna ainda mais importante com o fortalecimento do debate público sobre gênero, sexualidade, diversidade e os direitos das mulheres. Tais questões têm sido enquadradas a partir de um ângulo conservador pela "direita que saiu do armário" e que assumiu uma pauta moral (Messenberg 2017). Paralelamente, passou-se a registrar um número significativo de brasileiros com atuação pública que alegaram saída do país motivada por medo de perseguições de naturezas distintas, compondo uma "nova geração de exilados", segundo a imprensa internacional (Philipps 2019).

Todos esses elementos podem ser mais bem compreendidos a partir da identificação das ideologias e dos agentes políticos em questão. A formação de uma nova geração de exilados no Brasil está diretamente relacionada ao avanço e atualização de discursos e políticas alinhadas ao conservadorismo na última década, movimento associado à extrema direita e ao antifeminismo (Lacerda 2019). Na seção que se segue, aborda-

remos tal questão.

A onda conservadora e a expulsão dos(as) diferentes: o ódio ao outro

A produção científica recente denuncia a presença de uma onda conservadora no Brasil que se expande, especialmente, a partir do ano de 2010 (Pinheiro-Machado 2019;⁴ Lacerda 2019). Tal movimento se consolidou na ilegítima deposição de Dilma Rousseff da presidência, no ano de 2016, e explicitamente na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, mas suas raízes se formam antes disso – em uma articulação conservadora que se manifesta como ofensiva reação a conquistas de direitos humanos, fruto de históricas lutas de movimentos sociais no Brasil, que se deram durante os governos do Partido dos Trabalhadores (Lacerda 2019). A compreensão da ideologia conservadora como uma reação se beneficia do uso da perspectiva situacional proposta por Huntington (1957). Em seu entendimento, ela se manifesta em momentos históricos em que instituições socialmente estabelecidas são tensionadas por fenômenos e/ou agentes opositores, provocando uma defesa por parte de seus apoiadores (Huntington 1957).

O que se observa no contexto brasileiro aproxima-se, em muito, dessa compreensão. A referida militância dos movimentos sociais, que ganha espaço e viabiliza a institucionalização de parte de suas demandas durante os governos do PT, configura-se como desafio fundamental a muitas das instituições estabelecidas no país e defendidas por conservadores. Entre 2003 e 2016, expressivas mudanças passaram a compor o cenário nacional, em reconhecimento, reparação e garantia de direitos a grupos e sujeitos até então subalternizados.⁵

Tais conquistas, advindas da organização de agentes políticos tais como o movimento feminista, o movimento negro, indígena e o LGBTQIA+, configuraram-se em afrontas a muitos indivíduos

⁴ Pinheiro-Machado, Rosana. 2019. Fuga de cérebros e autoexílio: governo Bolsonaro reacende o trauma da ditadura. *The Intercept Brasil*, 6 ago. 2019. Acessado em 20 set. 2019. <https://tinyurl.com/4na5fcbu>.

⁵ Alguns exemplos podem ser citados na criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, em 2003; do programa Bolsa Família, em 2004; a obrigatoriedade de ensino das histórias e culturas afro-brasileira (2003) e indígena (2008) na educação básica; assim como a instauração da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, com o propósito de investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.

e grupos conservadores e religiosos. À medida que ascendiam grupos historicamente periféricos – em termos de garantia de direitos, mas também no acesso a bens de consumo, a partir de políticas econômicas –, grupos conservadores e de direita passaram a articular-se, reivindicando sua própria “perda de direitos”. O que compartilhava a maioria dos indivíduos pertencentes a tais grupos perpassava seus pertencimentos identitários: homens cisheterossexuais, de classe média/média-alta, brancos. O que anunciavam como perda de direitos consistia, em verdade, no questionamento e ameaça a seus privilégios.

Diante de tal ameaça, dá-se início a uma coalizão entre conservadores, evangélicos, católicos fundamentalistas, direitistas e, ainda que encharcados de contradições, neoliberais. A onda conservadora que se organizou a partir de 2010 no Brasil reagia na defesa de suas instituições historicamente excludentes e, para congregar tantos agentes em uma coalizão, desenvolvia um inimigo comum: os feminismos. Em uma tradição herdeira do neoconservadorismo estadunidense, o conservadorismo brasileiro encontra na agenda de equidade de gênero e sexualidade seu principal oponente, visto que, com isso, incorpora uma pauta moral à manutenção dos interesses hegemônicos (Lacerda 2019).

O antifeminismo consiste em um “ponto de conexão menos comprometedor para outras ideologias de desigualdade do que o racismo” e se torna um bode expiatório para a crise social.⁶ Em função disso, os sujeitos políticos dos feminismos passaram a ser sistematicamente atacados no contexto brasileiro a partir de 2010. Aderindo a uma narrativa criada pelo Vaticano nos anos 1990, para refrear os avanços feministas que ameaçavam o catolicismo da época (Garbagnoli 2016), os conservadores iniciaram uma cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”. Embora sua atenção se direcionasse fortemente à educação básica, em que buscavam a interdição do debate acerca da desigualdade de gênero nas escolas brasileiras (Miguel 2016), a coalizão

conservadora foi capaz de popularizar no debate público e político uma narrativa que associa – de forma vil e distorcida – os movimentos feministas e LGBTQIA+ à pedofilia e à corrupção moral de crianças e adolescentes.

Para Miskolci e Campana (2017), a narrativa da “ideologia de gênero” consolida a instauração de um pânico moral na sociedade brasileira, que interpela e provoca adesão de sujeitos religiosos e não religiosos, preocupados com a defesa da inocência de suas filhas e filhos e com a manutenção dos valores da família patriarcal. Populariza-se, ao longo dos anos, o entendimento conservador de que sujeitos que defendem a pluralidade e a diversidade de existências são o “outro” a ser combatido, perseguido e, quiçá, aniquilado. Propaga-se, nas palavras de Marcia Tiburi (2018), o “ódio ao outro”.

A partir da eleição de Jair Bolsonaro como presidente, político reconhecido por sua íntima relação com setores conservadores e autoritários, tem sido possível observar a proliferação de manifestações antigênero, LGBTfóbicas, antifeministas e anticomunistas em distintas esferas. A admissão de Damares Alves como ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ministério criado em 2019 como parte da pauta de Bolsonaro de resgatar uma vigilância sobre a moral considerada ideal para a nação brasileira) foi frequente foco de atenção das mídias.

A ascensão de Bolsonaro ao poder, juntamente com figuras radicalmente conservadoras como Damares, significa a atualização do ideário dos tempos da ditadura militar e a institucionalização de manifestações de ódio à diversidade. Segundo Quinalha (2021), a LGBTfobia de Bolsonaro e seu governo atualizam o moralismo do que chama de ditadura “hétero-militar” – em reconhecimento às historicamente invisibilizadas perseguições que ocorreram durante o regime e que não se punham restritas somente aos comunistas, ameaçando e vitimizandando inúmeros sujeitos e agentes coletivos vinculados a identidades e sexualidades dissidentes, notadamente a comunidade LGBTQIA+.

⁶ Höppner, Jana. 2020. Porque a extrema direita odeia tanto as mulheres. *DW Brasil* 28 jul. 2020. Acessado em 5 jan. 2024. <https://tinyurl.com/2bdpbhkh>

A popularização e a legitimação desse modo de pensar abrem portas para um severo retrocesso à democracia e têm sido eficientes ao acionar preocupações reais de indivíduos, que se veem impelidos a uma espécie de "justiça com as próprias mãos" em função do pânico moral que reverberam.

Pode-se compreender que a moralização das inseguranças das pessoas é capaz de conectar e seduzir apoiadores às pautas conservadora e neoliberal. Suas inseguranças e medos são reais. Há falhas no sistema educacional, que dificultam ou inviabilizam o aprendizado de crianças, jovens e adultos. Há falhas na segurança, que limitam e até interrompem existências em sociedade. Essas falhas, porém, têm suas causas subvertidas: o que pode ser interpretado como a falência de um sistema neoliberal, com políticas de austeridade e desmonte de garantias de bem-estar social, tem sido associado à moral conservadora (Biroli, Vaggione e Machado 2020). O risco e o problema da sociedade passam a ser a "ideologia de gênero", o comunismo ou a "ditadura gay" e é no âmbito da individualidade – daquilo que é melhor "para mim, para minha família, para minha comunidade religiosa" – que passam a ser defendidas as políticas conservadoras. Assim, ganha força no Brasil a moralidade conservadora.

A propagação desse pensamento, entretanto, tem efeitos brutais, que transcendem reformas políticas. Quando o "ódio ao outro" torna-se tão radical a ponto de ameaçar a liberdade de ir e vir dos sujeitos que manifestam oposição à hegemonia, seus(suas) porta-vozes passam a ser empurrados. A ascensão do conservadorismo no Brasil das últimas décadas e, em especial, desde a eleição de Bolsonaro, tem trazido consigo a explícita perseguição de figuras proeminentes dos feminismos, antirracismo e movimento LGBTQIA+: nelas e neles se corporificam as ameaças às instituições defendidas pelos conservadores. Em resposta a suas palavras, em defesa da pluralidade e da democracia, o conservadorismo reage

violentemente. Daí, a nova geração de exilados.

Rosana Pinheiro-Machado⁷ identifica uma forçada fuga de cérebros do Brasil nos anos recentes, em que intelectuais têm sido perseguidos(as) sob a premissa de doutrinação. "Estamos diante de uma inédita estigmatização do conhecimento acadêmico no Brasil que transforma o cientista no inimigo interno a ser destruído". Assim, propaga-se o medo entre acadêmicas/os, ativistas e intelectuais, que têm sido alvo de terror psicológico e de ameaças. "Estamos voltando ao quadro agudo de exílio. Nós teremos um número cada vez maior de pessoas que buscam proteção no exterior [...] por terem suas vidas ameaçadas por grupos de extrema direita".

Em reportagem intitulada "Uma nova geração de exilados políticos que deixa o Brasil de Bolsonaro 'para permanecer vivo'", o jornal *The Guardian* dedicou atenção à problemática, ainda em 2019. Casos como o de Jean Wyllys, da antropóloga Debora Diniz, da filósofa Marcia Tiburi e do escritor Anderson França, são apresentados por terem denunciado publicamente um "[...] um coquetel de ameaças de gangues paramilitares, extremistas de direita e um fórum niilista de *dark web* cujos usuários vomitam ódio contra esquerdistas, mulheres e negros."⁸ Dentre suas atuações públicas, Jean, Debora, Marcia e Anderson partilham um denominador comum: a militância pelos direitos humanos – sendo elas e eles intelectuais alinhados às agendas dos movimentos LGBTQIA+, dos feminismos e do antirracismo, respectivamente. São discursos como os seus os atacados pela violenta reação conservadora e são seus corpos alguns dos que têm sido exilados. Sua saída forçada do país aponta que, tal como destacado por Cynthia Enloe (2000, 343), "o pessoal é internacional".

Apresentamos o diagnóstico do contexto contemporâneo da ascensão conservadora no Brasil com o intuito de visibilizar uma de suas implicações. Conforme antes discutido, o exílio político é uma ferramenta historicamente utilizada para

⁷ Pinheiro-Machado, Rosana. 2019. Fuga de cérebros e autoexílio: governo Bolsonaro reacende o trauma da ditadura. *The Intercept Brasil*, 6 ago. 2019. Acessado em 20 set. 2019. <https://tinyurl.com/4na5fcbu>.

⁸ Phillips, Dom. 2019. New generation of political exiles leave Bolsonaro's Brasil "to stay alive". *The Guardian*, 11 jul. 2019. Acessado em 20 fev. 2020. <https://tinyurl.com/24dwxh2p>.

o silenciamento – como alternativa ao sepultamento – de sujeitos que ameaçam um sistema vigente. Visando compreender a complexidade desse fenômeno, destacamos a história contada por um desses exilados – Jean Wyllys.

A pesquisa em história de vida e a história de Jean Wyllys

Em janeiro de 2020, em Barcelona, foi realizada a entrevista com Jean Wyllys. Naquele momento, Jean já estava há aproximadamente um ano fora do Brasil, vivendo em exílio político – situação ocorrida junto à ascensão de Bolsonaro à presidência. Durante nosso encontro,⁹ Jean contou-me sobre sua história, com destaque para o contexto de sua saída do país.

O método de pesquisa utilizado no trabalho é o da pesquisa em história de vida. Essa abordagem tem origem na Escola de Chicago – corrente que se consolidou na cena estadunidense por volta das décadas de 1920 e 1930, especialmente no campo da Sociologia, caracterizando-se, dentre outros aspectos, pelo recolhimento de histórias e pela devida importância dada a essa fonte (Barros e Lopes 2014). Trata-se da busca do conhecimento a partir da experiência do sujeito, que se dá através do resgate da singularidade de sua história e existência única, mas também da compreensão de dimensões sociais, locais, temporais, de condições objetivas e históricas, além das diversas coletividades e grupos dos quais se faz parte. Assim, o que se busca no recolhimento de uma história de vida é o estabelecimento de uma ponte entre as dimensões individuais e as dimensões coletivas (Barros e Lopes 2014).

Dentre os variados campos científicos que fazem uso das abordagens biográficas, apresentamos aqui as contribuições advindas da Psicossociologia, especialmente o que diz respeito à compreensão cuidadosa do sujeito e do mundo do qual ele faz parte. Nessa perspectiva, destacam-se as maneiras pelas quais as histórias são subjetivamente vividas, a dimensão da experiência e os modos e atribuições de sentido

ao narrado. O foco está no sujeito que se conta e em seu lugar central e protagonista na pesquisa. Nessa perspectiva, ressaltamos o trabalho de Bosi (2003) e a importância da memória e da história construída ao longo da vida enquanto fontes de pesquisa, o que nos permite ir além das histórias oficiais. Sobre esse ponto, destacamos também as contribuições da história oral e a relevância do resgate às “memórias subterrâneas” (aquelas que não fazem parte da narrativa hegemônica) e do valor dessas nos momentos de crise como modo de subverter a lógica imposta pelas memórias oficiais coletivas (Pollak 1989).

Também é uma preocupação desse campo ressaltar que uma biografia individual se encontra sempre em uma relação dialética com uma situação histórica datada e vivida. Conforme destaca Pollak (1989), mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. Assim, por meio da compreensão em âmbito individual, buscamos também acessar os níveis mais gerais de análise, já que as histórias nos enviam sempre ao campo do social (Barros e Lopes 2014). Conforme nos aponta Ferrarotti (2007) as histórias de vida possuem a capacidade de expressar e elaborar o vivido cotidiano das estruturas sociais, formais e informais, apresentando suporte fundamental para a investigação e análise social.

Como recolhimento de informações acerca da história de Jean, baseamo-nos na entrevista de história de vida realizada com ele e em pesquisas a dados secundários. Esses dados foram obtidos, sobretudo, na obra biográfica intitulada: *O que será. A história de um defensor dos direitos humanos no Brasil* (Wyllys e Abujamra 2019) e no perfil pessoal da rede social Instagram, na qual Jean compartilha relatos sobre sua história. A apresentação e a análise da história de Jean ocorrem de modo a avançar na compreensão do exílio enquanto fenômeno político no Brasil e sua relação deste mecanismo de exclusão com a onda conservadora brasileira, conforme descrito nas seções anteriores.

⁹ Os trechos em primeira pessoa referem-se às experiências da primeira autora.

Baiano de Alagoinhas

Nascido no ano de 1974, Jean Wyllys é natural de Alagoinhas, Bahia. É o quarto filho de uma família de sete irmãos. De origem familiar marcada pela desigualdade social, em sua biografia, Jean nos conta que a mãe era lavadeira (Wyllys e Abujamra 2019); as irmãs atuavam como trabalhadoras domésticas. Seu primeiro emprego foi aos 10 anos, como vendedor de algodão doce nas ruas; trabalhou também em bar e vendendo folhinhas do Sagrado Coração de Jesus. Seu processo de alfabetização ocorreu no centro comunitário de uma igreja, onde foi coroinha e iniciou seus primeiros processos de politização, orientado especialmente por movimentos ligados a padres progressistas conduzidos pela Teologia da Libertação. Passou pelo colégio técnico e em 1995 foi aprovado no então concorrido curso de jornalismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Também na UFBA, Jean concluiu o mestrado em letras e linguística, no ano de 2003; de ingresso na vida acadêmica, trabalhou na educação superior como professor universitário e pesquisador.

Em 2005, participou da quinta edição do programa de televisão exibido pela Rede de TV Globo, *Big Brother Brasil*, em que foi o vencedor, ganhando ampla notoriedade. Sobre sua participação no *reality show*, Jean narra um episódio no qual foi indicado por outros participantes para deixar o programa, em uma votação até então inédita. Quando o apresentador lhe perguntou sobre o motivo de tal indicação, Jean respondeu: "porque sou gay" (Santos e Abujamra 2019, 57). Logo, o ativismo gay, a discussão sobre diversidade sexual e a luta pelos direitos das pessoas homossexuais (pautas presentes na história de Jean já há longo tempo) foram impulsionadas pelo reconhecimento que a participação no *Big Brother Brasil* lhe proporcionou.

A entrada na política ocorreu pelo aceite ao convite feito em 2009 para filiação ao Psol (Partido Socialismo e Liberdade). Em 2010, Jean lançou sua primeira candidatura, para o cargo de deputado federal, ao qual foi eleito. Sobre esse momento, Jean relata em sua biografia:

A chegada ao Congresso de uma bicha nordestina e parda, vinda da pobreza e com estofado intelectual, foi vista como uma afronta. Preconceitos arraigados vieram à tona. A confraria de homens brancos, ricos e heterossexuais me elegeu como alvo preferencial. Atacavam não apenas minhas ideias, mas também a mim (Santos e Abujamra 2019, 85).

Jean foi eleito novamente deputado federal, para o período dos anos de 2015 a 2019. Durante seus mandatos como deputado, Jean recebeu uma série de premiações e reconhecimentos. O terceiro mandato ocorreria na legislatura dos anos 2019 a 2023, mas Jean renunciou ao cargo em 28 de janeiro de 2019 em função de sua saída para o exílio. Conforme já discutido, a cena política brasileira, especialmente a partir do segundo mandato de Jean, passou a ser marcada por uma nova onda de ascensão conservadora, com movimentos de ataque à democracia, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, dentre outros, que irão deflagrar sua saída do Brasil, conforme seu relato.

A saída para o exílio: "em busca de viver"

No início da nossa conversa, Jean aborda a decisão de saída do país. Naquele momento, já havia pouco mais de um ano fora no Brasil, Jean estava de passagem pela Espanha, mas vivia nos Estados Unidos, atuando como *Visiting Scholar* em Harvard, ainda que seu primeiro porto tenha sido a Alemanha.

É, quando eu saí do Brasil, eu saí em busca de uma vida, assim, em busca, ou melhor, em busca de viver. Eu achava que o que estava acontecendo comigo, o suceder dos dias no Brasil, não era uma vida [...] Quando eu cheguei aqui na Europa, quando eu cheguei na Alemanha, quando eu estava no aeroporto indo pra Alemanha, eu tive uma sensação muito grande de liberdade, você não tem ideia da liberdade de como era respirar a liberdade, de como era o simples fato de chegar e, é indescritível. (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 06 fev. 2020).

A sensação de liberdade à qual Jean se refere, alçada após sua saída do país, diz respeito ao seu afastamento do contexto de injúrias, persegui-

ções, ameaças, dentre outras graves violências que se faziam presentes em sua vida no Brasil e que se acentuariam cada vez mais com a ascensão de Bolsonaro. Ocorria também que tal contexto de violência já não se restringia apenas à esfera política em Brasília, sendo reproduzido pelas pessoas no cotidiano. A exemplo, citamos um ocorrido contado por Jean:

Em 2018, um taxista virou pra mim e falou "de 2019 você não passa, porque se ninguém lhe matar, eu mesmo lhe mato" [...] então, não se tratava de uma ameaça só por telefone, por e-mail, por... pelas redes sociais, eram no "tête-à-tête", no corpo a corpo, as pessoas comuns poderiam fazer isso, entendeu? (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 6 fev. 2020).

A onda de violência instaurada no Brasil, contava, naquele momento, com uma rede de pessoas insufladas pelas *fake news* e uma onda de mentiras construídas de forma intencional para destruir a imagem e a pessoa de Jean. Na entrevista, Jean acrescenta e explica que "o problema do fascismo não é o Bolsonaro e todos os psicopatas daquele partido dizerem o que dizem. O problema é a rede, é a pessoa da ponta, é quem tá na ponta, é quem na ponta executa a maldade, é quem na ponta mata".

Vale reforçar que a situação de violência que leva ao exílio vem de tempos anteriores. Jean nos conta que desde que chegou à Câmara dos Deputados, em 2011, passou a ser alvo de uma narrativa de ataques à sua imagem.

[...] eu passei a ser alvo de uma outra narrativa que passou a operar, a principio lentamente, subterraneamente, mas depois ela foi crescendo, crescendo, ganhando corpo, conquistando mais pessoas e ela foi, a principio sem eu notar que estava acontecendo, ela foi ruindo minha imagem né, ruindo a minha imagem e mudando a percepção das pessoas em relação a mim. Isso foi afetando drasticamente a minha vida, foi afetando... (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 6 fev. 2020).

Jean relata que, diferentemente de outras pessoas que atuam na política, suas lutas e suas pautas sempre foram atinentes à sua própria condição e história de vida. Seu lugar de fala

delineia o seu engajamento militante, apesar dos ataques a ele direcionados.

[...] mas eu sou um cara obstinado e lutava e luto por causas que são minhas e né, as minhas lutas políticas não são lutas distantes, eu não sou um político que luta que fala de uma terceira pessoa, como a maioria dos políticos fala, em nome do povo pobre "ai estou aqui para defender o povo pobre" e ele mesmo não faz parte do povo pobre né? "eu tô aqui pra defender os trabalhadores" e ele mesmo não é trabalhador... não, as minhas lutas sempre foram lutas que envolviam diretamente a minha vida né, a luta contra a pobreza, é a erradicação da pobreza, por justiça social, a luta contra a homofobia, a luta contra o machismo, eram todas lutas que me diziam respeito, então estava demais implicado nelas e eu resistia, eu era um resistente enfrentando essa, da maneira que eu podia eu fui enfrentando essa tentativa orquestrada de mudar a percepção das pessoas em relação a mim e era orquestrada mesmo né. (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 6 fev. 2020).

Sobre o movimento orquestrado que tinha Jean enquanto alvo, nosso entrevistado nos conta que se tratava não de cidadãos aleatórios divulgando notícias falsas a seu respeito, mas de instituições políticas que se sentiam afetadas por sua presença na câmara. Dentre essas, Jean se refere, e em destaque, às instituições ligadas às "igrejas neopentecostais, as fundamentalistas" e à perseguição que sofreu, tanto pelo fato de ser um homem gay, como por colocar em suas bandeiras de luta a pauta dos direitos humanos e, sobretudo, dos direitos das pessoas LGBTQIA+. O "ódio ao outro" institucionalizado.

A minha história de vida, a minha presença na câmara, o meu discurso público negavam algo que eles diziam todos os dias na igrejas de que ser homossexual é um pecado, é uma desgraça para o homossexual pra família pra sociedade e pra Deus. Que os homossexuais não tem outro destino a não ser o inferno, no máximo... mas aqui na terra o destino dos homossexuais, pra eles, é o destino do fracasso, da solidão, da doença, né, do abandono e por isso homossexualidade precisa ser vencida, como um pecado a ser vencido, se não é vencido por força própria do indivíduo que se coloca no armário e passa a frequentar na igreja, não tem sofrimento, ele é vencido através da cura do que eles oferecem como cura terapias de reversão que são na verdade instrumentos de

tortura humana. Então a homossexualidade pra eles era isso, é isso, e eles ganham muito dinheiro com esse discurso, são milhares de pessoas que lotam as igrejas todos os dias pais que levam filhos e filhas, jovens em sofrimento psíquico consigo mesmo, com seu desejo, que estão lotando as igrejas em busca de uma solução para aquilo, que eles acreditam que é uma doença. E de repente aparece alguém na câmara, antes da câmara, aparece alguém em espaço público, dizendo que isso não é verdade, que a homossexualidade não é doença, trazendo conhecimento, popularizando conhecimento, o conhecimento da própria ciência, aparece alguém que é orgulhoso, porque fala "não, eu tenho orgulho de ser gay" e além de dizer que tem orgulho de ser gay é uma pessoa bacana, porque eu sou uma pessoa bacana, é que gosto dos meus amigos, que ajudo os meus amigos, ajudo as pessoas, ajudo minha mãe, ajudo meu pai então eu era um contra exemplo a ser eliminado e aí eles começam essa campanha de destruição da minha imagem. (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 6 fev. 2020).

Jean descreve que, apesar de sofrer perseguições recorrentes, havia segurança em função do cargo de deputado federal; assim, ele conta que ia se defendendo como era possível. No entanto, em 2016, ocorreu o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, e a situação tornou-se mais complicada. Jean fala sobre o papel da união das forças políticas conservadoras para a derrubada da presidenta e, também, contra a sua pessoa:

Essas forças políticas se juntam e eu me torno, eu sou visto por eles como a pessoa ideal pra manipular, não só a comunidade evangélica, mas manipular todo mundo, eu virei o rato do laboratório, de como destruir uma pessoa, de como transformá-la num inimigo público, de fazer com que as pessoas odeiem ela e eles tem muito dinheiro, eles tem muito dinheiro, fazer isso pra eles não é um problema porque eles tem dinheiro e eles não têm escrúpulos, pra eles eu não era uma pessoa, com minha mãe, com meus irmãos, pra eles eu era um ícone político, uma figura, é, admirada, alguém que estava intervindo no sistema de alguma maneira e então era preciso construir uma narrativa forte que me destruísse porque além de tudo eu fui uma das primeiras vozes a me colocar contra o golpe. Então, esse cara tá se metendo não só em direitos humanos, esse cara tá se metendo não só em defender gay e lésbica, ele tá se metendo em algo que

ele não deveria se meter, que é dizer para as pessoas que isso que a gente tá fazendo não é certo, que é o impeachment da Dilma. (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 6 fev. 2020).

Jean aponta, ainda, a marca de misoginia que determinou o golpe de 2016, ecoando o que já foi mencionado acerca do antifeminismo como um bode expiatório nos momentos de crise social.

[...] o impeachment para mim sempre foi um problema, porque era um golpe e além de tudo um golpe com a marca de misoginia muito grande né, a Dilma foi atacada, não por crimes porque ela não cometeu crime nenhum, está provadíssimo que ela não cometeu crime nenhum, ela estava sendo atacada, pra usar aí o termo da senadora Rose de Freitas, ela estava sendo atacada pelo conjunto da obra, o conjunto da obra era ser uma mulher, petista que estava querendo manter políticas sociais num momento de crise econômica do Brasil em que a elite brasileira não queria perder nada. (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 6 fev. 2020).

Nesse cenário, Jean diz que sentia-se perdendo cada vez mais a sua própria vida, por meio das ações de coação e intimidação política a ele dirigidas. Jean relata sobre a situação do assassinato da vereadora Marielle Franco,¹⁰ que o marcou como um ponto de inflexão:

[...] e aí, eu estava perdendo cada vez mais minha vida, [nome ocultado], então eu chegava em um diferente momento em que as pessoas não me escutavam, eu tinha que sair porque era chamado de ladrão, de pedófilo... e não era um insulto que era feito aqui e morria aqui, estava inaugurado uma nova prática política, de coação política, de intimidação política que era de constrangimento, fazer e depois compartilhar isso em larga escala nos grupos de mídias sociais. Então a coisa foi piorando, piorando até que veio o ano de 2018, 14 de março de 2018, o assassinato de Marielle Franco. O assassinato de Marielle foi um ponto de inflexão, a partir dali eu vi que além de tudo que estava acontecendo, as pessoas que estavam ascendendo politicamente no Brasil, graças ao antipetismo, elas eram capazes de tudo, então com o assassinato de Marielle e a dureza, e violência que foram as eleições de 2018, violenta demais, foram muitos assassinatos durante as eleições de 2018, eu conclui que

¹⁰ Marielle Franco elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para o período dos anos 2017-2020. Em 14 de março de 2018, foi assassinada.

eu, se eu continuasse no Brasil, eu morreria, seria assassinado, seria assassinado de uma forma em que a culpa fosse jogada em mim, sugerisse que eu fosse culpada ou seja, que me difamasse até na minha morte e se isso não acontecesse, eles me matariam de depressão porque eles iriam fechar mais meus espaços, do que eles já estavam fechados. Então buscando uma vida, querendo uma vida de novo, eu saí. (JW em entrevista concedida à Autora 1, Barcelona, 6 fev. 2020).

É neste contexto de crescente violência e ataques de ódio no Brasil – e, em específico, contra sua pessoa – que Jean decide exilar-se. É no reconhecimento desse mecanismo de exclusão que não advém formalmente do Estado, mas que foi posto a serviço político durante o governo Bolsonaro, que trazemos à baila a história de Jean como denúncia – política e científica – do exílio que o conservadorismo tem provocado no Brasil contemporâneo.

Considerações finais

Buscamos narrar a história de Jean, resgatando aspectos da sua infância, de sua formação acadêmica, o alcance da notoriedade pública e a construção de sua caminhada na política e na luta e defesa dos direitos humanos no Brasil. Também destacamos os ataques e perseguições dirigidos a ele, existentes de longa data, mas acentuados com eclosão da crise política brasileira a partir de 2016, que se solidificou com a posse de Bolsonaro à presidência – acontecimento que deflagra o exílio de Jean Wyllys. Relatar a história de Jean diz da importância e da riqueza do “contar histórias de vida”, que remete às singularidades tão preciosas de cada experiência.

Para além da dimensão individual, a história de Jean também nos permite refletir sobre os diversos contextos que o construíram enquanto sujeito e que, ainda que alguns não tenham sido foco de análise nesse texto, retratam realidades sociais brasileiras e como elas confrontam, atravessam e são interiorizadas por Jean, tais como as desigualdades sociais e o papel da educação. Aprofundar as reflexões acerca da recente faceta de ascensão do conservadorismo no Brasil foi o ponto que buscamos retratar e refletir a partir

da história de Jean e do seu exílio. O conservadorismo, ainda que antigo na cena autoritária brasileira, se fortalece a partir do golpe de 2016 e da ascensão de Bolsonaro ao poder e se (re)atualiza aos moldes de uma “ditadura hétero-militar” (Quinalha 2021), dentre outros aspectos. Tal condição é produtora da saída forçada de uma pessoa de seu próprio país.

A saída de Jean Wyllys do Brasil visibiliza que o recente exílio de brasileiras e brasileiros do país não tem se configurado apenas como uma ferramenta de exclusão política, mas também como um mecanismo de expulsão relacionado à moral, mais especificamente, àquela ligada ao conservadorismo e à manutenção das estruturas autoritárias hegemônicas brasileiras. Apresentar a história de Jean é uma denúncia necessária e, também, o registro desse crítico momento da história; diz ainda de nossos desejos de (re)construção.

É da própria natureza do exílio o debate acerca de seus significados enquanto fenômeno social. A condição de exilado é objeto de disputa de concepções e de questionamento de legitimidade, a depender do contexto histórico, social e político. Vemos, no entanto, histórias como a de Jean denunciarem a materialidade do exílio na contemporaneidade brasileira: ter a vida interdita pela violência (em qualquer de suas formas) e partir para salvar-se. Difícil retratar tal condição como uma escolha derivada do desejo do âmago e do livre arbítrio.

Mas não somente de denúncias se faz este artigo. Nelas estão necessariamente costurados os desejos de (re)construção. Aprendemos que a distância do território de origem, em alguma medida, deixou de significar apenas isolamento político e social e transformou o exílio também em espaço de resistência; sobretudo com o fortalecimento da esfera transnacional que permite trocas interculturais. Assim, para além do caráter violento da expulsão, é possível identificar um relevante papel dos exilados e exiladas para a internacionalização e transnacionalização do confronto político que se trava no Brasil. Sua segurança além-mar lhes garante possibilidade

e poder de usar sua voz. Antes disso, sua própria migração evidencia a incapacidade do Estado brasileiro de manter uma esfera pública plural – descumprindo assim premissas constitucionais –, além de denunciar a violência não estatal à qual estão submetidos os sujeitos considerados dissidentes, os membros da comunidade LGBTQIA+, no caso de Jean. Para as brechas, para as resistências, também devemos mirar, portanto.

Referências

Barros, Vanessa, e Fernanda Tarabal Lopes. 2014. Considerações sobre a pesquisa em história de vida In *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*, organizado por Eloíso M. Souza. Edufes.

Biroli, Flávia, Juan Vaggione, e Maria das Dores Machado. 2020. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo.

Bosi, Ecléa. 2003. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Ateliê Editorial.

Bringel, Breno, e Teresa Marques. 2021. Sociologia política do exílio: ativismo transnacional, redes militantes e perfis de exilados. *Revista Brasileira de Sociologia*. 9 (1): 155-80. <https://doi.org/10.20336/rbs.599>.

Enloe, Cynthia. 2000. *Bananas, beaches and bases: making feministsense of international politics*. University of California Press.

Ferrarotti, Franco. 2007. Las historias de vida como método. *Convergencia - Revista de Ciencias Sociales* 14 (44): 15-40.

Franco, Leonardo. 2003. *El asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina: análisis crítico del dualismo "asilo-refugio" a la luz del derecho internacional de los derechos humanos*. Siglo 21 Editores.

Garbagnoli, Sara. 2016. Against the heresy of immanence: Vatican's "gender" as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. *Religion & Gender* 6 (2): 187-204. <http://doi.org/10.18352/rg.10156>.

Gonçalves, Leandro. 2017. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Imprensa de Ciências Sociais.

Gorish, Patrícia, e Victor Mendes. 2016. O Brasil como estado de origem para refugiados LGBTI: contradição entre âmbitos interno externo. *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (Abri)*. Belo Horizonte.

Huntington, Samuel. 1957. Conservatism as na ideology. *The American Political Science Review* 51: 454-73. <https://doi.org/10.2307/1952202>.

Jubilut, Liliana. 2007. *O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. Método.

Kreuz, Débora. 2023. "Meu pai não parava um dia de trabalhar... E de fazer política": o exílio de Miguel Arraes (1965-1979). *Varia História* 39 (79): 01-24. <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000100005>.

Lacerda, Marina. 2019. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Zouk.

Messenberg, Débora. 2017. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado* 32 (03): 621-47. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>.

Miguel, Luis Felipe. 2016. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola sem partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis* 715 (3): 590-621. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>.

Miskolci, Richard, e Maximiliano Campana. 2017. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado* 32 (3): 725-48. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

Pollak, Michel. 1989. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos* 2 (3): 3-15.

Quinalha, Renan. 2021. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. Companhia das Letras.

Roniger, Luis. 2010. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século 20. *Dados - Revista de Ciências Sociais* 53 (91): 91-124. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000100004>.

Wyllys, Jean, e Adriana Abujamra. 2019. *O que será: a história de um defensor dos direitos humanos no Brasil*. Objetiva.

Sirkis, Alfredo. 1981. *Roleta chilena*. Record.

Sznajder, Mario, e Luis Roniger. 2009. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge University Press.

Tiburi, Marcia. 2018. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Record.

Torpey, John. 2018. *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the State*. 2. ed. Cambridge University Press.

Fernanda Tarabal Lopes

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (Ufmg), em Belo Horizonte, MG, Brasil. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em Porto Alegre, RS, Brasil.

Teresa Cristina Schneider Marques

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em Porto Alegre, RS, Brasil. Docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), em Porto Alegre, RS, Brasil.

Bruna Dalmaso-Junqueira

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil; professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma, SC, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação das autoras antes da publicação.